

# CRIAÇÃO OU DESCOBERTA? A COMPOSIÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA A PARTIR DE SARTRE E RICOEUR

## CREATION OR DISCOVERY? THE COMPOSITION OF HISTORICAL NARRATIVE FROM SARTRE AND RICOEUR

Jivago Furlan Machado<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta considerações a respeito da escrita da história, mais precisamente, se ela trata de descoberta ou criação de enredos. Para isso, abordaremos algumas ideias de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Paul Ricoeur (1913-2005), buscando explicitar as correspondências possíveis e suas contribuições para o processo de elaboração historiográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paul Ricoeur. Jean-Paul Sartre. História. Narrativa.

**ABSTRACT:** The present work presents considerations about the writing of history, precisely, if it is about discovery or plot creations. To do that, we deal with some ideas from Jean-Paul Sartre (1905-1980) and Paul Ricoeur (1913-2005), searching possible correspondences and their own contributions to the process of historiography elaboration.

**KEY-WORDS:** Paul Ricoeur. Jean-Paul Sartre. History. Narrative.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em verificar se a escrita da história se dá a partir de descobertas de configurações de vivências temporais ou de criações arbitrárias de narrativas coerentes, a partir de alguns escritos de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Paul Ricoeur (1913-2005). O foco está em verificar a pertinência de narrativas que pretendem possibilitar-nos conhecer os outros no tempo. Para isso, partimos do método *progressivo-regressivo* de Sartre, que acentua o caráter heurístico das compreensões que efetuamos de nossas experiências, combinado com sua concepção de subjetividade, que desafia a validade da aplicação de modelos teóricos aos diversos casos a serem conhecidos historicamente ao atentar para a singularidade das interpretações e dos eventos. Ricoeur chama a atenção para a herança simbólica que inevitavelmente condiciona nossas interpretações do passado, insistindo que o trabalho de interpretação histórica parte sempre de sentidos prévios, com os quais recriamos sentido. Ele trata a gênese das narrativas históricas a partir dos conceitos aristotélicos de

---

<sup>1</sup> Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7753981378810740>. E-mail: jivafurlan@gmail.com

*mimesis* e *mythos*, aqui traduzidos respectivamente como imitação da ação e composição de intriga. Nossa conclusão é que Ricoeur foge da dicotomia entre criar e descobrir, pois trata o conteúdo da composição histórica como sendo uma imitação poética da realidade visada.

## 2. A RESSALVA DE SARTRE AO MARXISMO STALINISTA

Começemos por Sartre. Em seu texto *Questão de método*<sup>2</sup>, o autor trata de algumas teses marxistas sobre a história para elaborar um método, caracterizado por ele como *progressivo-regressivo*. Ele parte de ideias de Marx e Engels que afirmam que as pessoas fazem sua própria história, condicionadas pelo meio social em que estão inseridas. Aqui é necessário fazermos algumas considerações a respeito desses termos. Antes de mais nada é importante levarmos em conta que quando eles tratam de história, não estão se referindo à história escrita, à historiografia, mas a uma história viva, uma suposta configuração de sentido que existiria entre as diversas ações das pessoas no tempo. Ao afirmar que os seres humanos fazem sua própria história, não estão supondo que todos somos historiadores profissionais que metodologicamente desenvolvem narrativas históricas a respeito de realidades passadas. Segundo Sartre, para os autores haveria uma organização do mundo que independe da narrativa que criamos sobre ele e os sujeitos fariam história na medida em que modificariam essa organização de acordo com seus interesses de classe. Fazer a história, nesse sentido, seria como agir no mundo de forma consciente para modificar sua condição prévia. Mas as condições de ação dependem necessariamente da situação histórica em que os agentes se encontram, ou seja, não se age a partir do nada, mas a partir de uma realidade em que estamos inseridos e que foi constituída antes de nós. Assim, não poderíamos, da perspectiva marxista, criar algo que não possa ser justificado pelas condições históricas em que vivemos.

Na concepção materialista de Marx e Engels, as próprias contradições históricas da sociedade capitalista, que preveem uma exploração e reificação da maioria em benefício de uma minoria detentora dos meios de produção, seriam causas suficientes para que a população explorada se revoltasse e recorresse a um processo de revolução para resolver seu sofrimento, fazendo sua própria história<sup>3</sup>. Seria como se eles estivessem afirmando que a condição em que as pessoas se encontram na sociedade capitalista é suficiente para estimulá-las a buscar sua superação, fazendo-se agentes da história. Consolida-se assim a afirmativa inicial de que as

<sup>2</sup> SARTRE, *Questão de método*, pp. 149-184.

<sup>3</sup> ENGELS; MARX, *A ideologia alemã*, p. 30.

pessoas fazem a história pois buscam a superação da condição dada por outra mais adequada a elas em um meio que as condiciona, isto é, a sociedade capitalista.

Qual a ressalva de Sartre a essa perspectiva de leitura da história?

Sartre concorda que as condições históricas tenham influência em nossas ações e percepções do mundo, porém não aceita que nos resumamos a seres simplesmente determinados pelos meios em que nos encontramos. Uma grande diferença entre o pensamento sartriano e o marxista nesse tema é que o primeiro não reduz o ser à sua condição social, acentuando o caráter singular de cada pessoa em detrimento do plural, enquanto o segundo define cada indivíduo pelos grupos e classes a que pertence. Mas, por que salientamos a ênfase de Sartre no aspecto particular das pessoas? Porque ela está diretamente relacionada com sua concepção de história.

Sartre enfatiza a subjetividade de cada pessoa, pois parte do princípio de que a realidade não nos apresenta uma ordem anterior à nossa existência<sup>4</sup>. Como uma realidade sem sentido inerente a si pode condicionar alguém a realizar alguma atividade específica? Não é possível. O que ocorre é uma atribuição de sentido, esta sim condicionada historicamente, embasada em sentidos que já estão no mundo antes de existirmos, mas que não são próprios dele e sim criados pelas pessoas. As condições não empurram as pessoas em busca de sua superação: elas não possuem um *télos* a ser seguido, pois não têm sentido em si mesmas, segundo Sartre. A premissa marxista de que o meio social necessariamente nos faz agir de determinada forma trata os seres humanos apenas como produtos do mundo que pretendem mudar. Dessa forma, a mudança teria sua gênese já na própria realidade em que estamos inseridos, restando às pessoas perceberem os problemas a serem resolvidos e agirem no intuito de satisfazerem uma suposta necessidade da realidade de ser mudada. Sartre não concorda com isso. Para ele, por mais que os seres humanos sejam influenciados pelo mundo, há em cada um a possibilidade de criar algo além do que se tem ao redor de si, e não apenas constatar e reformar. A subjetividade humana possibilita-nos ir além dos condicionantes externos, mesmo que por meio deles.

Mas, o que entendemos por subjetividade? Podemos afirmar que Sartre atribui um status de materialidade à subjetividade. Ele não afirma que ela seja algum tipo de espírito, de ser fora do mundo, que não possui correspondência com o que há ao redor de nós. Ela é mesmo sem saber que é, algo que aí está e não conseguimos conhecer seu conteúdo, se é que possui algum. De qualquer modo, podemos alegar que é impossível objetivar a subjetividade,

<sup>4</sup> SARTRE, *O existencialismo é um humanismo*, p. 4.

pois isso seria já reconhecê-la como não subjetiva, mas passível de ser conhecida, objetivada. Não é possibilidade de tornar-se alguma coisa, mas fato, existência pura e simples. A subjetividade é sem que saibamos o que é. Ela se manifesta ao dissolver-se em ação, mudando seu status de existência de algo que não conhecemos para algo que podemos conhecer, pela manifestação<sup>5</sup>.

Por mais que durante a vida tenhamos adquirido modelos de entendimento, a própria compreensão que temos deles passa pela nossa subjetividade. Há sempre um aspecto singular no que fazemos, nossas ações nunca são totalmente orientadas pelo meio que nos cerca. Podemos caracterizar a subjetividade como o primeiro filtro pelo qual nossas experiências com o mundo passam ao chegarem até nós. Para Sartre, a subjetividade não diz respeito a algum aspecto espiritual ou imaterial de nosso ser, ela é como tudo o que há, materialmente. No pensamento sartriano, corpo e alma não possuem status diferentes de existência: ambos são matéria. Com isso, afirmamos que sua proposta é materialista. Porém, trata-se de um materialismo diferente do marxista acima exposto. Diferente em quê? No fato de que a materialidade por si só não fornece qualquer sentido ou rumo a ser seguido pelos sujeitos.

Portanto, a contribuição sartriana para nosso trabalho consiste em sua insistência na singularidade de cada pessoa que interpreta o mundo, que compõe histórias. Essa especificidade de cada um funciona como uma inovação constante no que se produz em termos de narrativa histórica. Toda a história é narrada por alguém que necessariamente possui uma configuração interna singular que é refletida em sua obra. É evidente que o meio em que se está inserido é relevante e condiciona as ações, porém Sartre nos lembra que somos livres e que nossa subjetividade é material, não secundária, produto do meio.

A perspectiva marxista apresentada por Sartre aponta a busca por fazer a história como algo inerente à própria história, como um *télos* a ser realizado por todos nós, que não nos permite outra conduta que não essa. O autor trata essa concepção como típica do século XIX, influenciada por um mecanicismo para compreender as relações sociais<sup>6</sup>. Seria como uma lei natural à própria história: sempre buscar superar as condições opressoras da sociedade por meio de uma revolução. A crítica sartriana é dirigida principalmente contra o marxismo stalinista, que segundo ele não permite diferenças internas aos grupos economicamente definidos, que supostamente deveriam ter reivindicações semelhantes, independente das variações culturais e outros fatores não diretamente econômicos. Se o autor trata a história da

<sup>5</sup> KAIL; KICHMAYR, *Consciência e subjetividade*, p. 15.

<sup>6</sup> SARTRE, *Questão de método*, p. 149.

humanidade como uma constante luta contra a escassez<sup>7</sup>, não pretende com isso que existam formas específicas de organização política que deem conta desse sofrimento, pois isso seria considerar uma ordem extra subjetiva a ser seguida, algo incompatível com sua concepção de liberdade.

O tema que mais inquieta Sartre em relação ao marxismo é a desconsideração que este faz do aspecto subjetivo dos sujeitos, considerando-os apenas por suas manifestações e posições no mundo. Seria uma compreensão do ser humano, que o classifica e define totalmente a partir de seus aspectos materiais. O autor não nega que a situação em que se encontra a pessoa influencie diretamente seu ser, porém insere aí o desconhecido, aquilo que não se explica pela condição social de explorador ou explorado, ou seja, o âmbito subjetivo.

A dialética marxista, da forma como é colocada por Sartre<sup>8</sup>, exclui os sujeitos singulares do processo de transformação, considerando-os apenas enquanto grupos a serem conduzidos através de um suposto motor da história. Assim, podemos caracterizá-la como uma dialética idealista, já que exclui o âmbito existencial das pessoas para gerar uma fórmula perfeita de interpretação da história.

Eis a grande diferença entre o marxismo stalinista e o existencialismo sartriano: o mundo de Sartre não possui sentido prévio, bem como o ser humano. Destarte, como defini-lo a partir de um sentido da história, externo a ele? Não é possível. Se para os marxistas, aos quais Sartre direciona suas críticas, há um destino a ser realizado, um progresso, para ele isso é impossível. O que existe depende de nós humanos e não há um sentido da história a ser decifrado. A própria ideia de história é criação nossa.

Após realizadas as devidas ressalvas sartrianas ao marxismo, podemos entrar na discussão a respeito da concepção de história proposta pelo autor. Como proceder na interpretação da história a partir da perspectiva existencialista de Sartre?

### **3. SARTRE E O MÉTODO *PROGRESSIVO-REGRESSIVO***

Pela concepção de história de Sartre, não podemos explicar acontecimentos e processos históricos através somente das intenções e projetos dos agentes do passado. O desenvolvimento da história não segue um roteiro previamente decidido por um sujeito que corresponde às expectativas dos historiadores sobre sua índole e comportamento, com base

<sup>7</sup> PIRES, *Sartre, um projeto ético de compromisso político*, p. 113.

<sup>8</sup> SARTRE, *Questão de método*, p. 151.

em seu pertencimento a grupos sociais. Quando realizadas, as ações emergem no mundo de forma imprevisível, sendo que seu autor já não mais tem controle sobre elas. A recepção da manifestação foge do controle do autor. A impossibilidade de traduzir a existência pela linguagem marca a concepção de história que Sartre desenvolve a partir de seu método *progressivo-regressivo*. Podemos afirmar que através dele o autor incorporou o marxismo a suas ideias e desenvolveu sua superação, ou metamorfose<sup>9</sup>. Mas então, o que é esse método?

Sartre considera o método marxista de análise da sociedade como *progressivo*, pois propõe uma previsão do que ocorrerá e dos motivos do que já ocorreu. Através dele, concebe-se a realidade *a priori*, como consequências de condições estruturais previamente definidas e passíveis de serem desveladas pelos pesquisadores. No caso da história, é como se aplicássemos uma fórmula de causa e efeito para compreender os mais diversos acontecimentos do passado através de seus vestígios. Haveria uma relação causal entre os acontecimentos, cabendo a nós apenas decifrá-la. O caráter progressivo combina com a definição da sociedade com base em generalizações e grandes grupos. Tal premissa não é negada por Sartre, mas é incorporada à sua concepção de história, embora ele não trate a causalidade como algo natural ao mundo, mas atributo dos projetos particulares de cada pessoa. No entanto, seu método é simultaneamente *regressivo*. Significa dizer que não compreende a realidade apenas a partir de abstrações anteriores a serem aplicadas ao diversos fatos, mas que busca, na particularidade dos fatos, aspectos que não necessariamente se adéquam ao modelo inicial. Simplificadamente podemos afirmar que Sartre evita cair em generalizações abstratas, insistindo no caráter heurístico da compreensão histórica.

É, pois, a própria *ambiguidade* do acontecimento que lhe confere frequentemente sua eficácia histórica. Isto é suficiente para que afirmemos sua especificidade: pois não queremos nem considerá-lo como a simples significação irreal de colisões e choques moleculares, nem como sua resultante específica, nem como um símbolo esquemático de movimentos mais profundos, mas como a unidade móvel e provisória de grupos antagonistas que os modifica na medida em que eles a transformam.<sup>10</sup>

Mas, afinal, como proceder na criação historiográfica partindo dessa ênfase sartriana na subjetividade humana? Sartre submete a objetividade do mundo à subjetividade de quem o experimenta, acabando com a uniformização da compreensão das ações. Isso significa que, no caso da história, toda e qualquer representação da realidade passada passa pelo filtro da

<sup>9</sup> SARTRE, *Questão de método*, p. 166.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 168.

maneira particular com que cada pessoa compreende o mundo. Embora leve em consideração os aspectos de classe e pertencimento a grupos com interesses comuns para essa compreensão, ela não se resume a eles. Assim a história, que é uma criação humana, acaba sendo uma objetivação que resulta da experiência subjetiva de uma pessoa em relação a algum corpo documental. Por mais objetiva que possa parecer uma narrativa historiográfica, ela necessariamente foi produto de uma subjetivação de dados externos a seu autor, objetivada de modo a contar uma história coerente.

Até agora podemos concluir, de acordo com Sartre, que toda história é uma criação autoral particular, é necessariamente dependente de quem a conta, o historiador não sendo somente intérprete, mas autor. Se ela depende de quem a escreve, sendo uma elaboração particular, qual a validade das informações fornecidas por cada pesquisador para as outras pessoas, que não compreendem o mundo do mesmo modo? Não seria então a história apenas uma narrativa internamente coerente, mas que não é capaz de disponibilizar aos interlocutores algum conhecimento cuja verdade independa de quem a escreve ou conta?

Toda narrativa histórica possui inevitavelmente traços autorais. Ela é criação. Mas isso significa dizer que o passado, de que ela se propõe tratar, só esteja presente na cabeça de quem conta as histórias?

Indo além das ideias de Sartre, podemos encontrar em Ricoeur algumas ponderações a respeito da narrativa histórica, principalmente nos dois primeiros tomos de sua obra *Tempo e narrativa* (1983, 1984).

#### 4. RICOEUR E A COMPOSIÇÃO DA NARRATIVA

Ricoeur responde a problemas diferentes dos de Sartre, não se preocupando em dialogar diretamente com o marxismo. Seu trabalho é mais focado em aspectos internos à narrativa, relacionando-se com obras contemporâneas de especialistas no tema, como críticos literários e historiadores. O autor dialoga com teses de diversas áreas para formular sua própria concepção de narrativa histórica. Para tanto, busca na história da filosofia elementos que possibilitem uma nova compreensão de história. Isso não significa que ele apenas aponte o que tal gênero herdou de determinados filósofos do passado para constituir-se, mas desenvolve uma teoria da história própria a partir desses apontamentos.

Começemos por definir o ponto de partida de Ricoeur para tal tema. Ele possui duas origens principais bem definidas: a *Poética* de Aristóteles e as *Confissões* de Agostinho. Da primeira, o autor apropria-se e ressignifica os conceitos de *mýthos* e *mímesis*, ou composição

da intriga e imitação da ação; e da segunda, o de tempo<sup>11</sup>. O presente trabalho parte se detém nos apontamentos que Ricoeur apresenta no que toca a relação da narrativa histórica com a composição poética, não incluindo conquanto a discussão agostiniana a respeito do tempo.

Segundo o autor, Aristóteles não relacionou diretamente a atividade poética com a experiência temporal, somente apresentando uma correspondência entre ela e o mundo externo através da *mímesis*, ou imitação, o *mýthos* dizendo respeito à tragédia e não pretendendo tratar diretamente da vida, do mundo de fora do texto. Ricoeur considera a narrativa uma composição elaborada a partir da ligação entre diversos episódios, ou fatos em um sistema temporal, a história sendo um tipo de narrativa. Simplificando, o que os historiadores fazem é compor histórias a partir de acontecimentos experimentados pelos vestígios do passado, de modo que elas sejam inteligíveis, o que o autor chama de “*síntese do heterogêneo*”<sup>12</sup>.

Se a história é uma composição, ela não existe por si só. Nisso, Ricoeur concorda com Sartre. Quando alguém fala do passado, é sempre a partir de histórias contadas a respeito dele, as quais não existiriam se não fosse pela criação de alguém. Como um compositor que inventa uma música a partir de sua criatividade, utilizando-se das técnicas e ferramentas disponíveis, o historiador narra partindo também de sua imaginação, limitada e combinada com os documentos que têm disponível e com outras histórias.

Ricoeur parte da ideia de que a narrativa é diferente do real, partindo de onde Sartre conclui suas elaborações metodológicas. Ele concebe a história como uma representação da realidade, uma imitação. Para isso, recorre à ideia aristotélica de *mímesis*. A atividade mimética é própria das reproduções que os artistas fazem em seus espetáculos para retratar situações humanas. Assim como eles, os historiadores buscam equivalências em suas obras, entre a narrativa e o passado. A *mímesis* é dividida em três, cada uma delas equivalendo a um processo diferente de imitação da realidade: a *mímesis I*, chamada também de pré-figuração, é a ação; a *mímesis II*, chamada também de configuração, é a narrativa; e a *mímesis III*, ou refiguração, é a leitura e interpretação<sup>13</sup>. A *mímesis*, para Aristóteles, não é uma cópia ou réplica, mas uma representação de algo externo, diferente, porém análoga<sup>14</sup>.

Para entendermos o uso ricoeuriano das *mímesis*, é necessário fazermos algumas ressalvas. O ponto central de sua análise é a *mímesis II*, a configuração. Por quê? Porque tanto

<sup>11</sup> RICOEUR, *Tempo e narrativa. A intriga e a narrativa histórica*, p. 56.

<sup>12</sup> RICOEUR, *Tempo e narrativa. A intriga e a narrativa histórica*, p. 2.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>14</sup> DRUCKER, *A narrativa como gênero literário – Ricoeur e a Poética*, p. 65.

a história quanto a literatura são ordenamentos de episódios, configurações narrativas com base em fatos elaborados a partir de determinada realidade ou da imaginação do autor. Seu ponto de partida para a criação (*mimesis I*) e sua posterior leitura ou compreensão por terceiros (*mimesis III*) não é das histórias contadas, ou dos romances escritos, mas o antes e depois de sua elaboração.

Dessa forma, qual é a relação entre essas afirmações e a recém esboçada concepção sartriana de história?

Sartre afirma que a narrativa histórica é uma criação humana sobre um real sem sentido. Não uma representação que decifra o que é, mas a atribuição de sentido a algo que se quer conhecer. Ricoeur, mais otimista, prevê um sentido a ser captado, algo que está no mundo e não é pura e simplesmente criação nossa. Ele atribui à realidade o aspecto simbólico, que nos permite sutilmente experimentarmos esse passado através dos vestígios dele, tendo em vista suas continuidades muitas vezes imperceptíveis. Para Ricoeur, qualquer configuração que efetuamos para compreender o mundo parte de uma pré-figuração, ou seja, de significados e símbolos que já existem quando nascemos e que nos influenciam em nossas compreensões, é a partir deles que objetivamos e configuramos uma história. A pré-figuração proposta por Ricoeur, também chamada de *mimesis I*, é uma herança cultural inalienável, fruto de tradições humanas do passado, condições anteriores e independentes de nossas composições. Diferente de Sartre, pela proposta ricoeuriana nossas compreensões são interpretações de sentidos e narrativas já existentes, das quais não podemos nos livrar, não importando o quão livremente possamos agir, o quanto nossa subjetividade nos permite inovar, isso sempre terá como ponto de partida e estará amarrado em uma rede de significações anteriores.

Aqui há uma divergência entre os dois autores. Ricoeur concorda que a história seja uma criação humana, assim como a literatura, mas diferencia seu processo de composição. Se aquela gera, assim como esta, uma narrativa coerente e com início, meio e fim, não chega até aí da mesma maneira. É como se Ricoeur estivesse insistindo em afirmar que sempre partimos de alguma posição, uma situação que não escolhemos para contar uma história, há outras histórias já contadas e um aparato simbólico anterior a nós. Esse ponto de partida é repleto de influências do passado que talvez jamais consigamos quantificar. Assim também são os vestígios da realidade passada. Embora sempre os interpretemos a partir do presente, há neles algo que não cabe em nossos modelos de compreensão, características que vão além de nossos anacronismos cotidianos. É no contato com o simbólico que se encontra a realidade do passado na história.

Como a realidade passada está presente na história que escrevemos? Responderei à essa questão com base no que Ricoeur escreveu a respeito do símbolo.

Em artigo intitulado *O símbolo dá o que pensar*<sup>15</sup>, Ricoeur especifica, entre outras coisas, como nossa compreensão possui conteúdos pré-reflexivos que a balizam. Há significados já prontos dos quais nos utilizamos, os símbolos. Não se trata de criação pura e simples, mas recriação de sentido, do simbólico ao narrativo. O passado está presente na narrativa pelos símbolos que nos chegaram.

O símbolo não doa sentido, ele traduz em alegoria<sup>16</sup>. Ele é uma unidade mais básica que a narrativa. Ela está composta com símbolos. Por sua vez, eles são radicalmente históricos, enraizados no tempo, no uso e manifestação com que foram e vêm sendo exercidos pelas civilizações. Com isso podemos admitir que toda história escrita hoje possui um vínculo inevitável com tradições de outros tempos, que foram criadas para responder a demandas explicativas diferentes das atuais, mas que se mantiveram simbolicamente até o momento, de modo que para escrevermos histórias nos utilizamos delas, mesmo que inconscientemente.

Mas, se o símbolo dá o que pensar, no sentido de fornecer o teor do que pode ser pensado, então não seria ele limitador das possibilidades de pensamento? Pelo fato de haver sentidos já prontos, podemos construir algo, ou apenas reorganizar o já existente? Ricoeur depara-se com esse problema. Eis sua posição:

Gostaria de tentar uma outra via, a da interpretação criativa, uma interpretação que respeite o enigma original dos símbolos, que se deixe ensinar por ele, mas que, a partir daí, promova o sentido, na plena responsabilidade de um pensamento autônomo. O problema é saber como um pensamento pode ser a um só tempo *ligado e livre*, como o carácter imediato do símbolo e a mediação do pensamento podem coadunar-se.<sup>17</sup>

O símbolo sempre se refere a determinadas significações sociais, geralmente religiosas, que permeiam o uso que fazemos deles, mesmo não partilhando das crenças correspondentes ao seu desenvolvimento inicial.

Acima elucidamos a pretensão reveladora que permeou o pensamento marxista ao qual Sartre se contrapôs, e que supunha inclusive uma racionalização dos processos de transformação da realidade, algo que se impunha em detrimento de compreensões míticas ou religiosas, hegemônicas antes dos tempos modernos. Sobre a pretensão moderna de um

<sup>15</sup> RICOEUR, *O símbolo dá o que pensar*, pp. 133-150.

<sup>16</sup> RICOEUR, *O símbolo dá o que pensar*, p. 139.

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 142-143.

pensamento racionalista, Ricoeur não a vê como inviável, mas faz-nos lembrar de sua gênese, nada recente, muito menos científica. Ele escreve que “[...] é ao *interpretar* que podemos, uma vez mais, *entender*.”<sup>18</sup> Interpretar o quê? As explicações que já estavam aí antes mesmo de inventarmos a ciência moderna. Concordando com ele, pensamos que, por mais precisa e metódica que seja a compreensão científica ou racionalista que fazemos dos símbolos, partimos necessariamente de significados pré-científicos, religiosos, tradicionais. O significado sagrado está presente no uso profano dos símbolos.

Assim como estamos necessariamente inseridos em uma sociedade que possui ligação material com o passado, nossas significações estão enraizadas naquelas de outros tempos, que nos precederam e das quais nos utilizamos. Não há possibilidade de nos livrarmos completamente do já existente para criar algum tipo de interpretação. A relevância semântica do que já está aí quando nascemos nos atinge de maneira que jamais poderemos traduzir ou nos livrar totalmente: o símbolo é uma linguagem insubstituível<sup>19</sup>. Isso significa que somos limitados, impossibilitados de criar?

Ricoeur caracteriza o símbolo como um detector de realidade<sup>20</sup> pois é por ele que chegamos ao mundo fora de nós, em que estamos inseridos. Através dele podemos objetivar nossas compreensões da realidade, interpretando-a. Sua filosofia é ancorada no símbolo, não na descoberta, mas na interpretação. A importância da linguagem para tal empreendimento é decisiva, pois é a partir da interpretação da expressão, da manifestação e sentido dos símbolos que conhecemos o que quer que seja, inclusive nós mesmos.

Ao afirmarmos que, pelo pensamento de Ricoeur, conhecemos pela interpretação, não estaríamos revivendo as românticas pretensões hermenêuticas típicas do século XIX, de que, através da interpretação, conseguiríamos atingir uma história objetiva? Não é isso. A proposta do autor não pretende dissecar o existente através de uma narrativa sobre ele. Nesse sentido, poderíamos dizer que Ricoeur partilha da crítica de Sartre aos pretensiosos pensadores que se acreditavam capazes de descobrir a realidade por meio de suas teorias. Ricoeur atenta para as inevitáveis relações simbólicas a que estamos submetidos quando interpretamos o mundo. Em momento algum ele se julga capaz de traduzir o real pelo criado. Pelo contrário, enfatiza o aspecto analógico que a configuração (*mimesis II*) possui.

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 144.

<sup>19</sup> RICOEUR, *O símbolo dá o que pensar*, p. 148.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 149.

Sartre parte da ideia de que não imitamos a realidade a partir do que contamos a respeito dela, mas criamos uma narrativa coerente que nos permite alguma compreensão a partir do que temos disponível, no caso da história, os documentos ou fontes. Isso não significa que a coerência do que narramos poderia ser verificada no mundo do passado. Uma coisa é a narrativa organizada e com sentido, outra é a realidade sem sentido. Assim, para ele não há transposição da vida para a narrativa mas, em termos ricoeurianos, composição de intriga pura e simplesmente. Ricoeur insere aí o caráter de imitação do passado na narrativa histórica. É como quando alguém desenha uma bela paisagem: por melhor que seja o desenho, jamais será a paisagem em si. Sartre negaria que a obra possa dar conta da coisa mesma, afirmando ser apenas a interpretação subjetiva de quem a elaborou. Ricoeur diria que nossas interpretações da paisagem partem necessariamente de outras já executadas, que sua significação já está carregada de conteúdos prévios, ainda que também frutos de ações humanas, embora haja uma recriação através da combinação do contato particular de quem vê a paisagem pela primeira vez e os sentidos anteriores.

A partir do recém exposto, podemos nos questionar a respeito da relação entre o conceito de *mimesis* e o de *mýthos*, ou composição da intriga, pois parece contraditório utilizar a ambos em uma mesma concepção de história, já que este a trata como criação e aquele como imitação.

A mimese é realizada pela composição de uma narrativa histórica. Se podemos afirmar que a história é uma criação, seu teor é a representação do mundo passado. O conteúdo da intriga é a imitação da realidade. Ricoeur funde os dois termos aristotélicos para desenvolver sua concepção de narrativa histórica.

Mas mesmo que nos propormos a representar a vida, com que recursos o faremos? Acima alertamos, a partir de Sartre, para a limitação que a história possui, enquanto expressão do subjetivo. Ela se dá porque a linguagem que usamos para representar o que entendemos do real é limitada, desenvolvida em sintonia com outras individualidades, não dando conta de nosso ímpeto de expressão. Como partir do mesmo ponto para chegar a conclusões diferentes, singulares? Em outras palavras, como representar um passado desconhecido através da composição de uma intriga, se para isso nos utilizamos de palavras com significados já determinados? Nossa pretensão de imitar o real pela narrativa não estaria impossibilitada pela contemporaneidade de nossa linguagem?

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ricoeur se propõe a responder às indagações acima ao considerar a composição realizada com o intuito de representar o passado como recriadora de sentido<sup>21</sup>. Dessa forma, embora estejamos limitados pelos recursos da linguagem para expressar nossa compreensão de uma história, ao compor inovamos, recriamos sentidos.

O autor concorda com a tese sartriana de que a história é criação humana, necessariamente sendo produto da expressão individual de nossa compreensão por meio dos significados que temos disponíveis. No entanto, ele inova inserindo o caráter recriador de sentido que a obra possui, sua inovação semântica.

A recriação de sentido se dá pela ressignificação que a subjetividade de cada sujeito faz das informações que experiencia. No caso da história, é como se os vestígios do passado fossem filtrados pelo sujeito que os interpreta, configurando-se assim em uma história que se propõe a representar a realidade passada. A composição de uma representação se dá necessariamente através do sujeito que a realiza.

Ricoeur funde as duas perspectivas, a marxista e a sartriana, pois, cada uma a seu modo, afirmam haver uma pré-figuração no mundo, mas também delega a criação da história ao historiador. Seria como se ele partisse de um pré-projeto para efetuar seu projeto, que, embora ficcional – pois é criação – faz referência e tem ligação com o real. O autor aproxima-se mais de Sartre, pois não concebe a realidade como pré-organizada, mas, ao mesmo tempo, também não como totalmente sem sentido. Há sentido prévio, tradição, histórias já contadas, configurações realizadas antes de nós. Ricoeur salva a história de ser indiferenciada da ficção literária não apenas pela sua relação com os documentos, mas através do sentido que nos chega por eles, ainda que aparentemente informes e, de certa forma, intraduzíveis.

A crítica de Sartre é apropriada por Ricoeur. Ele trata o problema entre representar e criar através de uma dialética, na qual o conteúdo da composição poética é uma representação do real em forma narrativa. A fidelidade do criado em relação à realidade passada se dá através da organização da experiência com os vestígios pelo compositor da história. Há marcas do passado no que restou dele e elas nos permitem, embora sempre decifradas por nossa interpretação particular, produzir algo que toque, mesmo que sutilmente, o outro no tempo. Ao imitar, criamos e ao compor, representamos.

<sup>21</sup> RICOEUR, *O símbolo dá o que pensar*, p. 134.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMALRIC, Jean-Luc. *Símbolo, metáfora e narrativa: o estatuto do ficcional em Ricoeur*. In: NASCIMENTO, Cláudio Reichert do; WU, Roberto (Orgs.). **Pensar Ricoeur: vida e narração**. Porto Alegre, Clarinete, 2016, pp 131-168.

BARASH, J. A. *Paul Ricoeur e a questão concernente à realidade do passado histórico*. In: NASCIMENTO, Cláudio Reichert do; WU, Roberto (Orgs.). **Pensar Ricoeur: vida e narração**. Porto Alegre, Clarinete, 2016, pp. 191-222.

DRUCKER, Claudia. *A narrativa como gênero literário – Ricoeur e a Poética*. In: NASCIMENTO, Cláudio Reichert do; WU, Roberto (Orgs.). **Pensar Ricoeur: vida e narração**. Porto Alegre: Clarinete, 2016, pp. 65-86.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KAIL, Michel; KIRCHMAYR, Raoul. *Consciência e subjetividade*. In: SARTRE, J-P. **O que é a subjetividade?** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, pp. 9-24.

PIRES, C. *Sartre, um projeto ético de compromisso político*. In: ECKER, Diego; SALVETTI, Ésio Francisco (Orgs.). **Existência e liberdade: diálogos filosóficos e pedagógicos em Jean-Paul Sartre**. Passo Fundo: IFIBE, 2013, pp. 107-124.

RICOEUR, P. *A marca do passado*. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica. In: **História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 10, dezembro de 2012, pp. 329-349.

\_\_\_\_\_. *O símbolo dá o que pensar*. In: **Escritos e conferências 3: antropologia filosófica**. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: Edições Loyola, 2016, pp. 133-150.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa. A configuração do tempo na narrativa de ficção**. Tradução de Cláudia Berlinder. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa. A intriga e a narrativa histórica**. Tradução de Cláudia Berlinder. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

SARTRE, J-P. **O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método**. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. **O que é a subjetividade?** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.